



GT 56. Memória e território: saberes e resistência em assentamentos rurais.

Coordenador(es):

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Sueli Pereira Castro (PPGAS)

Patrimônio cultural e território são termos complementares que expressam etnicidade, memória, relações de produção e práticas simbólicas, caracterizando diferentes formas de apropriação e uso da terra. Muitos desses grupos sociais que hoje discutem um projeto político no qual possam se colocar, restabelecem a unidade grupal perante o enfrentamento com a sociedade, revelando novas formas de sociabilidade a partir de uma situação de conflito. Nesta perspectiva, os assentamentos rurais na atualidade brasileira representam a construção de “novos territórios”, de espaços de apropriação, ou seja, a reterritorialização de famílias, envolvidas em perdas e conquistas de espaços de vida camponesa. Como estratégia de desenvolvimento rural, os assentamentos têm na agroecologia a sua lógica de produção, opondo-se ao modelo tecnológico baseado no produtivismo do agronegócio. Ao produzirem uma agricultura com base na preservação dos territórios, esta forma resgata a importância de um modo de vida camponês. Resgate este que possibilita novas formas produtivas, pautadas por projetos participativos de produção e circulação de produtos, contribuindo para enfrentar a destruição do meio ambiente e a exclusão social, duas consequências desastrosas e despolitizadoras agrárias pautadas pelo neoliberalismo. A criação desses espaços de trabalhos coletivos e solidários, tem integrado ao processo produtivo: homens, mulheres e jovens na perspectiva de combater a vulnerabilidade das populações do campo.

Camponeses e a comercialização: estratégias de reprodução dos assentados no município de Areia ? PB.

Autoria: Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Rony Willams Frutuoso de Souza

Uma das principais dificuldades para a reprodução da unidade familiar camponesa é a comercialização de sua produção. Além de possuírem as terras mais improdutivas, o camponês também não dispõe de tecnologias para que possa competir igualmente com os grandes produtores. E, para uma agricultura com base familiar, esses dois fatores são essenciais para inserção de seus produtos no mercado. Neste sentido, o reconhecimento dos grupos camponeses com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da criação da categoria agricultura familiar significou um avanço nas políticas públicas para o campo, com políticas de créditos e de acesso aos mercados institucionais dando visibilidade aos grupos historicamente marginalizados na nossa sociedade. A comercialização é um elemento importante para o camponês, pois é na feira que ele vende sua produção e abastece a unidade familiar com produtos que ele não produz. Mas o ato da comercialização vai muito além da lógica de acumulação de capital, ela é uma importante dimensão simbólica no modo de ser camponês. Além disso, é a reafirmação de sua autonomia, valor fundante da moral camponesa. Porém, sabemos o quanto é difícil para o camponês ter acesso pleno aos mercados e concretizar seu ciclo de produção/comercialização. Este work visa compreender através da análise das trajetórias das famílias assentadas que comercializam seus produtos na feira agroecológica e as estratégias de comercialização por elas adotadas. Nossas primeiras observações apontam que essas famílias utilizam diversas estratégias para vender sua produção, sendo a principal a feira. Há também os que fornecem para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e na feira livre, além do intercâmbio realizado em outras feiras agroecológicas com feirantes dos municípios vizinhos numa espécie



de rede de apoio entre as feiras agroecológicas na região. Uma das dificuldades apontadas pelos assentados/feirantes diz respeito ao modo como a feira foi realocada do seu espaço inicial e, que, atualmente, encontra-se misturada com feirantes não agroecológicos, dificultando a comercialização dos seus produtos fazendo-os criar outras estratégias.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: